

AO ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA FUNDAÇÃO DE APOIO A ESCOLA TÉCNICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FAETEC – RJ.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 0002/2021 - FUNDAÇÃO DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA – OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva Predial, com adequações e modernizações, quando necessário, nas Unidades de Ensino e Prédios Administrativos sob responsabilidade da Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC / Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, dividida em 4 LOTES.

CRATER CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.615.133/0001-72, com endereço comercial sito à Av. Das Américas, nº 2.480, Bloco 4, salas 137 a 140, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, CEP: 22.640-101 vem à presença da nobre comissão permanente de licitação, apresentar:

CONTRARRAZÕES AO RECURSO INTERPOSTO

Pela empresa **ENGEWALL CONSTRUÇÕES LTDA**, que atacou em apertada síntese a habilitação da peticionante, **a nosso sentir por falha na interpretação das disposições editalícias**, pelos motivos de fato e de direito que seguem em sequência.

DA TEMPESTIVIDADE E LEGITIMIDADE

As presentes contrarrazões são apresentadas dentro do prazo, já que este findará **em 15/06/2021**, devendo, de plano ser conhecido. De mesma forma legítimo seu apresentante, conforme documentos anexos.

DAS RAZÕES PARA NÃO ACOLHIMENTO DO RECURSO

DA ALEGAÇÃO DE NÃO ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO ITEM 6.3

A recorrente alega que a contrarrazoante deixou de atender o item 6.3.1 “c” do edital, ou seja, que teria deixado de apresentar contrato social em vigor devidamente registrado.

Não procede a referida informação, eis que a empresa apresentou o referido documento registrado!

De fato não saiu na impressão os dados de rodapé, no entanto, tal documento encontra-se registrado, o que inclusive pode ser confirmado por qualquer um do povo através do endereço eletrônico da JUCERJA, qual seja: <http://www.jucerja.rj.gov.br/Servicos/ChancelaDigital>, o protocolo encontra-se impresso no documento apresentado à FAETEC as fls. 4, bastando simples conferência, vejamos:

1/1

INSTITUCIONAL TRANSPARÊNCIA INFORMAÇÕES SERVIÇOS LEGISLAÇÃO PLENÁRIA CONTATO CADASTRAR / ACESSAR

Home > Chancela Digital

Conforme publicado do DOERJ de 19/04/2013, passa a vigorar, a partir da referida data, a Chancela Digital como instrumento virtual de autenticação de todos os processos da JUCERJA, que atualmente são processados pelo nosso sistema GED, (Gestão Eletrônica de Documentos)

Amparo Normativo: Deliberação JUCERJA nº74/2014

⚠ Não se deve utilizar esta pesquisa para verificação de Certidão Online

Protocolo Chancela Digital ▾

00-2020/257841-0

☐ Não sou um robô



reCAPTCHA
Privacidade - Termos

Pesquisar

Protocolo: 00-2020/257841-0 NIRE: 33.2.0531613-9 CNPJ: 00.615.133/0001-72

Nome Empresarial: CRATER CONSTRUÇÕES LTDA

Download Completo

  Nº do Protocolo 00-2020/257841-0 JUCERJA Última autenticação: 09/08/2020 10:00:00

Chat online

Talvez a recorrente desconheça o fato de que qualquer do povo a partir do número de protocolo de registro pode consultar o documento que fora registrado na JUCERJA e por isso criou esse tipo de confusão. Ainda assim, de acordo com as disposições do edital da CN n.º 0002/2021:

8.19 É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

8.20 A critério da Comissão de Licitação, poderão ser relevados erros ou omissões formais, de que não resultem prejuízo para o entendimento das propostas.

No mesmo sentido está o art. 43, §3º, da Lei n.º 8.666/93, dispondo que é facultada à Comissão ou autoridade superior, **em qualquer fase da licitação**, a promoção de diligência destinada **a esclarecer ou a complementar a instrução do processo**.

Tecidas as citadas premissas, vem a contrarrazoante esclarecer que foi acostado contrato social devidamente registrado, fato comprovado pelo número do protocolo e mesmo assim, caso a comissão julgue necessário, pode esclarecer o fato por meio do link supramencionado;

Sendo de conhecimento que a elevada comissão não se apega ao formalismo exarcebado se despendo da busca pelas propostas mais vantajosas em detrimento da ampla competitividade.

Por trás da prerrogativa da comissão/autoridade encontram-se a finalidade da busca da proposta mais vantajosa para a Administração, bem como a aplicação do **formalismo moderado** no certame, ponderado com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Em diversas oportunidades, o TCU chega a indicar a obrigatoriedade da realização de diligências antes do estabelecimento do juízo pela desclassificação ou inabilitação do licitante, grifamos:

É irregular a inabilitação de licitante em razão de ausência de informação exigida pelo edital, quando a documentação entregue contiver **de maneira implícita o elemento supostamente faltante e a Administração não realizar a diligência prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, por representar formalismo exagerado, com prejuízo à competitividade do certame**. (Acórdão 1795/2015 – Plenário)

É irregular a desclassificação de empresa licitante por omissão de informação de pouca relevância sem que tenha sido feita

a diligência facultada pelo § 3º do art. 43 da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 3615/2013 – Plenário)

Ao constatar incertezas sobre o cumprimento de disposições legais ou editais, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa, o responsável pela condução do certame deve promover diligências para aclarar os fatos e confirmar o conteúdo dos documentos que servirão de base para a tomada de decisão da Administração (art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993). (Acórdão 3418/2014 – Plenário)

Pelo exposto se verifica de forma clarividente que não assiste razão a recorrente, e **apenas por amor ao debate se acosta nesse ato a impressão com autenticação no rodapé.**

Outro ponto atacado pela recorrente diz respeito a não apresentação da certidão do 2º Ofício de Registro de Distribuidor da comarca da capital, alegando infringência as disposições editais.

Aqui mais uma vez ocorre falha de interpretação por parte da recorrente bastando observar a íntegra do item 6.5.1 do edital, qual seja, grifamos:

6.5.1 Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, todos os licitantes deverão apresentar **certidões negativas de falências e recuperação judicial e extrajudicial expedidas pelos distribuidores da sede da pessoa jurídica**, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

Se o licitante não for sediado na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, as certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária

competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e recuperação judicial, ou de execução patrimonial.

Foram juntadas diversas certidões dos distribuidores da sede da pessoa jurídica, testificando que a empresa não se encontra em situação de falência; contudo novamente as acostamos, testificando nossa total transparência, sendo certo que a douta comissão agiu de forma acertada.

Máxima ainda, que a douta comissão pode em qualquer fase do procedimento se valer do art. 43, §3º, da Lei n.º 8.666/93, acima já transcrito.

Por todo o exposto, roga que seja julgado improcedente o recurso interposto pela empresa recorrente.

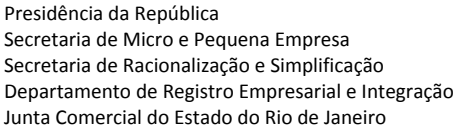
Rio de Janeiro, 15 de junho de 2021.



ASSINATURA

**CRATER CONSTRUÇÕES LTDA
Pedro Osório Vargas da Silva Filho
Sócio Diretor**

Pag. 01/11



33.2.0531613-9

Sociedade empresária limitada

Normal

00-2020/257841-0

01/12/2020 11:46:03

JUCERJA

Último arquivamento:

00003780600 - 03/10/2019

NIRE: 33.2.0531613-9

CRATER CONSTRUÇÕES LTDA

Boleto(s): 103552720

Hash: 08A1FD12-B861-4CDC-B8A1-836E22814C2B

Orgão	Calculado	Pago
Junta	414,00	414,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

CRATER CONSTRUÇÕES LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato
002

[illegible]**Requerente**

Nome:	Joaquim Jose Machado da Silva
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE
Telefone de contato:	2196243764
E-mail:	joaquimjms@gmail.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	01/12/2020
Data da 1ª entrada:	



00-2020/257841-0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: CRATER CONSTRUÇOES LTDA

NIRE: 332.0531613-9 Protocolo: 00-2020/257841-0 Data do protocolo: 01/12/2020

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 02/12/2020 SOB O NÚMERO 00003977290 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: C57A1B0CFF234D0DA36A5485FF614D473F37974857A82307A4E32227A974628B

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/11

DÉCIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CRATER CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 00.615.133/0001-72
NIRE 33.2.0531613-9

PEDRO OSÓRIO VARGAS DA SILVA FILHO, brasileiro, advogado, casado, comunhão parcial de bens, nascido em 28/02/1963, filho de Pedro Osório Vargas da Silva e Edla Paiva Vargas da Silva, com endereço comercial na Avenida das Américas, 2.480, Bloco 4, Sala 139 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ - CEP 22640-101, portador da carteira de identidade de nº 06240534-5, expedida pelo DETRAN/RJ em 26/08/2010, e inscrito no CPF sob o nº 757.415.807-00, e;

ROBERTO TORRES QUINTANILHA, brasileiro, engenheiro civil, casado em separação total de bens, nascido em 08/07/1965, filho de Renato Torres Quintanilha e Áurea da Costa Torres Quintanilha, residente e domiciliado nesta cidade com endereço comercial na Avenida das Américas, 2.480, Bloco 4, Sala 139 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ - CEP 22640-101, portador da carteira de identidade de nº 03642248816, expedida pelo DETRAN/RJ em 20/07/2013 e no CPF sob o nº 851.904.707-68.

Únicos sócios da sociedade denominada “**CRATER CONSTRUÇÕES LTDA**”, com sede a Avenida das Américas, 2.480 – Bloco 4 – Salas 137,138,139 e 140 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro - RJ - CEP 22.640-101, inscrita no CNPJ sob o nº **00.615.133/0001-72**, com contrato social arquivado na **JUCERJA** sob o nº 33.2.0531613-9 por despacho em 17/05/1995, e a última sob o nº 00003780600 por despacho em 03/10/2019, resolvem neste ato alterar o respectivo contrato social conforme segue:

1 – ALTERAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO PESSOAL DO SÓCIO

Fica alterado a qualificação pessoal do sócio **Roberto Torres Quintanilha**, onde passa-se a ler **SEPARAÇÃO LEGAL DE BENS**, fica a descrição da qualificação pessoal com a seguinte redação:

ROBERTO TORRES QUINTANILHA, brasileiro, engenheiro civil, casado em separação legal de bens, nascido em 08/07/1965, filho de Renato Torres Quintanilha e Áurea da Costa Torres Quintanilha, residente e domiciliado nesta cidade com endereço comercial na Avenida das Américas, 2.480, Bloco 4, Sala 139 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ - CEP 22640-101, portador da carteira de identidade de nº 03642248816, expedida pelo DETRAN/RJ em 20/07/2013 e no CPF sob o nº 851.904.707-68.

2 – ALTERAÇÃO DO BALANÇO GERAL E DOS LUCROS E PERDAS

Ao término de cada exercício social que coincidirá com o ano civil, com base nos dados de 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração,

procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico. (Art. 1.065, CC/2002).

Parágrafo Primeiro

Efetuada as deduções e provisões legais, os lucros eventualmente apurados poderão, por deliberação dos sócios, ser distribuído total ou parcialmente, destinados à formação de reservas, ou permanecer acumulados para posterior deliberação. Os prejuízos eventualmente apurados poderão, por deliberação dos sócios, ser compensado com lucros anteriores ou mantidos em reservas para posterior compensação com lucros futuros ou serem suportados pelo sócio.

Parágrafo Segundo

Por deliberação do sócio, poderá a sociedade efetivar levantamentos de balanços intermediários, em períodos não inferiores a 30 (trinta) dias, com ou sem distribuição de resultados parciais ou totais, sendo admitida de forma desproporcional.

Parágrafo Terceiro

Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso. (Art. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002).

Face às modificações introduzidas, os sócios resolvem consolidar o Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CRATER CONSTRUÇÕES LTDA**

PEDRO OSÓRIO VARGAS DA SILVA FILHO, brasileiro, advogado, casado, comunhão parcial de bens, nascido em 28/02/1963, filho de Pedro Osório Vargas da Silva e Edla Paiva Vargas da Silva, com endereço comercial na Avenida das Américas, 2.480, Bloco 4, Sala 139 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ - CEP 22640-101, portador da carteira de identidade de nº 06240534-5, expedida pelo DETRAN/RJ em 26/08/2010, e inscrito no CPF sob o nº 757.415.807-00, e;

ROBERTO TORRES QUINTANILHA, brasileiro, engenheiro civil, casado em separação legal de bens, nascido em 08/07/1965, filho de Renato Torres Quintanilha e Áurea da Costa Torres Quintanilha, residente e domiciliado nesta cidade com endereço comercial na Avenida das Américas, 2.480, Bloco 4, Sala 139 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro/RJ - CEP 22640-101, portador da carteira de identidade de nº 03642248816, expedida pelo DETRAN/RJ em 20/07/2013 e no CPF sob o nº 851.904.707-68.

Únicos sócios da sociedade denominada “**CRATER CONSTRUÇÕES LTDA**”, com sede a Avenida das Américas, 2.480 – Bloco 4 – Salas 137,138,139 e 140 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro - RJ - CEP 22.640-101, inscrita no CNPJ sob o nº **00.615.133/0001-72**, com contrato

social arquivado na **JUCERJA** sob o nº 33.2.0531613-9 por despacho em 17/05/1995, e a última sob o nº 00003780600 por despacho em 03/10/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA RAZÃO E SEDE

A razão social continua sendo “**CRATER CONSTRUÇÕES LTDA**”, com sede a Avenida das Américas, 2.480 – Bloco 4 – Salas 137, 138, 139 e 140 – Barra da Tijuca – Rio de Janeiro - RJ - CEP 22640-101, podendo abrir filiais em qualquer parte do território nacional ou exterior, por ato de gerência ou deliberação dos sócios com duração por tempo indeterminado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO SOCIAL

A sociedade terá como finalidade: Obras de construção civil e seus serviços complementares, administração de bens próprios, a participação em empreendimentos comerciais imobiliários, indústrias e agropecuários, além do capital em outras sociedades, podendo inclusive promover a incorporação de imóveis, locação de máquinas, equipamentos e veículos, terceirização de mão de obra, execução de projetos, gerenciamento e consultoria; operação e manutenção de sistema de CFTV; limpeza urbana, coleta de resíduos e varrição; limpeza predial; manutenção de iluminação pública; gestão de sistemas tecnológicos e softwares integrados; gestão de infraestrutura municipal; gestão de estacionamento; comércio de material de construção; obras de infraestrutura; construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas; obras de irrigação; gestão de redes de esgotos, atividades relacionadas a esgotos; construção de rodovias e ferrovias; portuárias, hidroviárias e dragagens; pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos; obras de urbanização - ruas, praças e calçadas; obras de terraplenagem, perfurações e sondagens; montagens de estruturas metálicas e obras de montagens industriais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CAPITAL

O capital social continua sendo o valor de R\$ 6.200.000,00 (Seis Milhões e Duzentos Mil Reais) distribuído por 6.200.000 (Seis milhões e duzentas mil) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (Um Real) cada uma totalmente realizado e integralizado neste ato em moeda corrente do País, ficando assim distribuído entre os sócios:

Sócios	Cotas	Valor da Cota	%	Total
PEDRO OSÓRIO VARGAS DA SILVA FILHO	3.100.000	R\$ 1,00	50	R\$ 3.100.000,00
ROBERTO TORRES QUINTANILHA	3.100.000	R\$ 1,00	50	R\$ 3.100.000,00

Parágrafo Único

A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas cotas, mais todos respondem solidariamente pelo total do Capital social, de acordo com a Lei 10.406 de 10/01/2002.

CLÁUSULA QUARTA – DA FILIAL

A sociedade poderá instalar filiais, escritórios, sucursais, participar de outras empresas e nomear representante em qualquer ponto do país.

CLÁUSULA QUINTA – DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE COTAS

As cotas da sociedade são indivisíveis e não poderão ser cedidas, transferidas ou alienadas a terceiros sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, do sócio remanescente, a quem caberá em qualquer caso o direito de preferência na aquisição das mesmas em igualdade de condições.

Parágrafo Primeiro

Na hipótese de algum sócio pretender ceder, transferir ou alienar as cotas que possui, seja a que título for, o sócio retirante deverá promover a comprovada notificação do sócio remanescente, por escrito com antecedência de 60 (Sessenta) dias formulando proposta com a indicação do preço e das condições para a cessão ou transferência.

Parágrafo Segundo

Somente depois de esgotado o prazo previsto no parágrafo precedente e não verificada a intenção do sócio remanescente em adquirir as cotas sociais, é que o sócio retirante poderá ceder, transferir ou alienar as cotas que possui a terceiros

Parágrafo Terceiro

A cessão, transferência ou alienação total ou parcial das cotas somente terá efeito após a respectiva averbação da alteração do contrato social devidamente subscrito por todos os demais sócios, observados em qualquer caso as regras dos parágrafos precedentes.

Parágrafo Quarto

O sócio também poderá se retirar da sociedade mediante a comprovada notificação dos demais sócios, por escrito e com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, caso em que será procedida a apuração de haveres através de balanço especial, atualizado até a data da saída do sócio retirante, com estimativa de seus haveres pelo valor real, o qual devera ser pago na proporção de suas cotas pelos sócios remanescentes em até 10 (dez) parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se os primeiros trinta dias após a data do balanço especial e as demais nos mesmos dias dos meses subsequentes.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO

Os negócios sociais assim como o uso da denominação social serão exercidos pelos sócios **PEDRO OSÓRIO VARGAS DA SILVA FILHO** e **ROBERTO TORRES QUINTANILHA** em conjunto ou isoladamente em negócios de exclusivo interesse da sociedade, a quem caberá sua responsabilidade ou representação ativa e passiva, em juízo ou fora dele, podendo praticar todos os atos compreendidos no objeto social, especialmente (a) assinar contratos de qualquer natureza, notas promissórias letras de câmbio e quaisquer outros atos que importem em obrigações ou que venham a modificar obrigações da sociedade; (b) alienar ou constituir ônus sobre quaisquer bens da sociedade; (c) transferir ou extinguir qualquer direito do qual sociedade seja titular; (d) designar mandatário ad negotia, que sempre será constituído por procuração com prazo e tempo determinado, especificando-se os poderes outorgados, inclusive pra pratica dos atos anteriormente mencionados; (e) designar mandatário ad judicia,

que também sempre será constituídas através de procuração com poderes específico; e (f) movimentar contas em bancos, emitir, aceitar e endossar títulos inclusive cheques, assinar contratos e documentos de qualquer natureza, desde que no interesse social, sendo-lhes vedado, entretanto, o uso da denominação social em qualquer operação de favor, tais como avais, penhores, endossos, hipotecas, fianças, cauções etc., ou negócios alheios e estranhos aos fins sociais.

Parágrafo Primeiro

A cessão venda, alienação ou oneração de quaisquer bens a sociedade, dependera do consenso e da assinatura de todos os sócios, sob pena de nulidade e ineficácia.

Parágrafo Segundo

É defesa a administração da sociedade por não sócios.

Parágrafo Terceiro

As matérias de interesse da sociedade e as previstas na legislação vigente serão decididas por escrito pelos sócios.

Parágrafo Quarto

As deliberações que importem a modificação do contrato social serão tomadas pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, observado ainda o disposto no artigo 1.076 do Novo Código Civil para os demais casos que especifica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPRESENTAÇÃO

A sociedade poderá ser representada por um procurador com poderes específicos junto às repartições públicas federais, estaduais e municipais, autárquicas, bem como concessionárias de serviços públicos, para a prática de atos visando o atendimento regularização da sociedade perante esses órgãos e desde que esses atos não importem, direta ou indiretamente, na criação ou assunção de quaisquer obrigações ou na venda, cessão, transferência ou oneração de quaisquer bens, seja a que título for, bem como a administração da sociedade.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRÓ-LABORE

Os sócios perceberão uma retirada mensal a título de Pró-labore a ser fixada de comum acordo, podendo exceder ou não o limite de isenção fixado pela legislação do imposto de renda, e que deverá ser levada à conta “despesas gerais”.

CLÁUSULA NONA – DO BALANÇO GERAL E DOS LUCROS E PERDAS

Ao término de cada exercício social que coincidirá com o ano civil, com base nos dados de 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico. (Art. 1.065, CC/2002).

Parágrafo Primeiro

Efetuada as deduções e provisões legais, os lucros eventualmente apurados poderão, por deliberação dos sócios, ser distribuído total ou parcialmente, destinados à formação de

reservas, ou permanecer acumulados para posterior deliberação. Os prejuízos eventualmente apurados poderão, por deliberação dos sócios, ser compensados com lucros anteriores ou mantidos em reservas para posterior compensação com lucros futuros ou serem suportados pelo sócio.

Parágrafo Segundo

Por deliberação do sócio, poderá a sociedade efetivar levantamentos de balanços intermediários, em períodos não inferiores a 30 (trinta) dias, com ou sem distribuição de resultados parciais ou totais, sendo admitida de forma desproporcional.

Parágrafo Terceiro

Nos quatros meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso. (Art. 1.071 e 1.072, § 2º e art. 1.078, CC/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DISSOLUÇÃO

O falecimento, a interdição ou a retirada de um dos sócios não extinguirá ou paralisará as atividades da sociedade, ficando, contudo, assegurado aos herdeiros ou sucessores do falecido e ao interdito, o direito de continuar a representar seu capital na sociedade ou o de haver a participação do falecido ou do interdito na sociedade, a ser apurada através de balanço especial a ser levantado no prazo 30 (trinta) dias contados a partir do evento.

Parágrafo Primeiro

Procedida à apuração de haveres através de balanço especial, os herdeiros ou sucessores e o interdito poderão continuar na sociedade, se assim desejarem, ou, caso contrário, receber o valor do acervo líquido na proporção de suas cotas apuradas até a data do balanço especial, cujo pagamento será efetuado pelos sócios remanescentes em até 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, devidamente atualizadas, vencendo a primeira 30 (trinta) dias após a data do balanço especial e as demais nos mesmos dias dos meses subseqüentes.

Parágrafo Segundo

A sociedade também poderá ser dissolvida nas hipóteses previstas no artigo 1.033 da lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Quaisquer divergências que porventura surgirem entre os sócios, bem como os casos omissos no presente, serão dirimidas pelas disposições da lei nº 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO DESIMPEDIMENTO

Os sócios declaram neste ato, sob as penas da lei, não estarem incursos e, nenhum crime que os impeça de exercer a atividade mercantil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro desta cidade para dirimir todas e quaisquer dúvidas que venham a surgir com relação ao presente Contrato Social.

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento para que surta os devidos efeitos legais.

Rio de Janeiro, 02 de Janeiro de 2020.

ROBERTO TORRES QUINTANILHA
Sócio Administrador

PEDRO OSÓRIO VARGAS DA SILVA FILHO
Sócio Administrador



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM
RJN2036465135

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação) CRATER CONSTRUCOES LTDA.	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ 00.615.133/0001-72
---	---

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Número de Controle: RJ64557604 - 00615133000172

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☐ FCPJ ☒ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO	CPF DO PREPOSTO
------------------	-----------------

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável ☐ Preposto

NOME ROBERTO TORRES QUINTANILHA	CPF 851.904.707-68
LOCAL E DATA	ASSINATURA (com firma reconhecida)

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONARIO DA UNIDADE CADASTRADORA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Imprimir



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA CRATER CONSTRUÇOES LTDA, NIRE 33.2.0531613-9, PROTOCOLO 00-2020/257841-0, ARQUIVADO EM 02/12/2020, SOB O NÚMERO (S) 00003977290, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
<input checked="" type="checkbox"/> 757.415.807-00	PEDRO OSORIO VARGAS DA SILVA FILHO
<input checked="" type="checkbox"/> 851.904.707-68	ROBERTO TORRES QUINTANILHA



02 de dezembro de 2020.

Bernardo Feijó Sampaio Berwanger
Secretário Geral



2o. Ofício do Registro de Distribuição

RUA DA ASSEMBLÉIA, 19 - 7o. ANDAR - CEP 20011-020

CERP: ca05d60a-78d3-4dfe-8bb5-701001eb82c1

REQUERIDA EM: 07/04/2021

979111

02/46 Pag: 0001

MODELO(C)>> CERTIFICA A a B <<

PARA FINS DE: LICITACAO

Ronaldo Cramer Moraes Veiga - Oficial Registrador
Jorge Constancio Cassas - Substituto

CERTIDÃO DE REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DE FEITOS AJUIZADOS

O REGISTRADOR DO 2o. OFÍCIO DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÃO DA CIDADE E COMARCA DO RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

C E R T I F I C A e D Á F É

QUE REVENDO OS LIVROS E ASSENTAMENTOS DAS DISTRIBUIÇÕES EM CURSO OU ANDAMENTO SOBRE:

- A - Ações de Falência ou Concordata distribuídas as Varas Competentes, bem como, Inquéritos Judiciais Falimentares ou Falências Dolosas as Varas Criminais ou outras (art.186 da Lei de Falências), Recuperações Judiciais;
- B - Interdições previstas pela Lei no. 6024 desde 13/03/1974, que trata da intervenção e Liquidação Extrajudicial de Instituições Financeiras pelo Banco Central, do Brasil ou Ministério da Fazenda, desde:

TRINTA E UM DE MARÇO DE DOIS MIL E UM ATÉ TRINTA E UM DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E UM (31/03/2001 a 31/03/2021) dele(s).--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.

--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.**NADA CONSTA.**--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.
Relativamente ao Nome de CRATER CONSTRUÇÕES LTDA Qualificação: 0061
5133000172 (conforme requerido).--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.

EMITIDA EM: 08/04/2021, RIO DE JANEIRO, COMARCA DA CAPITAL

EU REGISTRADOR ASSINO.

T O T A L R\$: 123.96

EMOL R\$: 88.35 - PMCMV(2%)R\$: 0.89 - FETJ(20%)R\$: 17.67 - FUNDPERJ(5%)R\$: 4.41 - FUNPERJ(5%)R\$: 4.41 - FUNARPEN(4%)R\$: 3.53 - ISS(5%)R\$: 4.70

Poder Judiciário - TJERJ
Corregedoria Geral de Justiça
Selo de Fiscalização Eletrônico

EDSO51488-JGW

Consulte a validade do selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>



Para a validação deste documento através do QR Code deverá ser utilizado somente o aplicativo validador e-cartoriorj, disponível na apple store ou Google Play.